

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar

FIERGS CIERGS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ALRS aprova projeto sobre mercado do gás e incentivo para distritos industriais

O plenário da Assembleia Legislativa deu seguimento nesta terça-feira à votação dos projetos de lei do Executivo que estavam em regime de urgência, bloqueando a apreciação das demais matérias em condições de serem votadas. Quatro PLs foram aprovados ao longo das quatro horas de duração da sessão extraordinária híbrida.

O primeiro a ser apreciado foi o [PL 76/2021](#), do Poder Executivo, que autoriza o Governo a conceder incentivos financeiros às empresas que venham a se instalar ou ampliar suas atividades no Estado do Rio Grande do Sul, através da comercialização de bens imóveis no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (Proedi).

O projeto compila e atualiza a legislação estadual referente à comercialização de áreas localizadas nos Distritos Industriais de propriedade do Estado, estabelecendo requisitos claros para a obtenção do incentivo financeiro, bem como revogando leis ultrapassadas.

A proposição foi elogiada pelos deputados, ao dar estímulo para a operacionalização dos distritos industriais e, sobretudo, pela importância destacada à indústria como motor do desenvolvimento. O Dia Nacional da Indústria foi inclusive lembrado por alguns deputados, que igualmente ressaltaram o papel do setor. O PL obteve [49 votos a favor e um contra](#).

Também foi aprovada emenda de autoria do deputado Tenente-coronel Zucco (PSL), que prevê a publicação no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Cadastro Estadual dos Distritos Industriais; dos bens imóveis que estão disponíveis para comercialização no âmbito do PROEDI; e dos valores pagos pelos imóveis ou os valores previstos para execução de obras de infraestrutura no Distrito Industrial.

A segunda matéria aprovada foi o [PL 78/2021](#), que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no Estado. A proposição traz conceitos, responsabilidades e competências para o crescimento desta atividade, bem como estabelece parâmetros para a fiscalização pelo órgão público. [Foram 39 votos a favor e 10 contrários](#).

TARF - Uma das proposições que fez a pauta das votações se alongarem por duas semanas, o [PL 77/2021](#) acabou sendo aprovado sem muita polêmica. A matéria tratava de atualizações de dispositivos legais referentes ao ICMS e ao segmento industrial de silos metálicos para cereais, possibilitando a transferência de saldo credor de ICMS, “desde que sejam firmados acordos com o Estado assumindo o compromisso dos contribuintes com a realização de investimentos e com a manutenção ou geração de empregos”.

O governo acabou abrindo mão do dispositivo que dividiu a base de apoio e bancadas independentes: a falta de alternância entre representantes de contribuintes e do governo para os cargos de Presidente e dos Vice-Presidentes do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (TARF). Houve comprometimento por parte do Executivo de debater os critérios de escolha do comando do tribunal com os segmentos que representam os contribuintes e com os parlamentares. Foi aprovado por unanimidade, com [50 votos favoráveis](#).

Gás - Outra matéria que teve discussão mais acirrada nos bastidores do que na tribuna foi o [PL 81/2021](#), também do Executivo, que dispõe sobre a exploração direta ou mediante concessão dos serviços locais de gás canalizado. A FIERGS fez várias propostas de mudança no texto, de forma a aprimorar a eficiência e competitividade do gás natural no Estado. Algumas destas sugestões foram contempladas pela [emenda 1](#), apresentada pelo líder do Governo, deputado Frederico Antunes (PP).

Assim como nas votações anteriores, a liderança do Executivo usou do requerimento de preferência para priorizar a emenda e o texto do projeto. O PL foi aprovado [com 35 votos favoráveis e 12 contrários](#).